

**A Ficção Brasileira Pós-64: A política da memória e do  
apagamento da história em *Quatro-olhos*, de Renato  
Pompeu**

Lizandro Carlos Calegari  
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

## Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a política da memória e do apagamento da história em *Quatro-olhos* (1976), de Renato Pompeu. Pretende-se demonstrar que a elite dominante se vale de estratégias ideológicas para camuflar certos episódios históricos que se caracterizam pela violência e pelo autoritarismo. O esquecimento organizado propiciaria o controle social, já que não dessacralizaria as estruturas de poder arquitetadas pela classe dirigente. O romance de Pompeu, considerando-se essa linha de raciocínio, apresenta indícios que permitem verificar que a não rememoração de fatos agônicos pretéritos não é casual, mas condicionada por agentes políticos. As contribuições teóricas de Walter Benjamin são favoráveis aos argumentos que se pretende desenvolver nessa pesquisa.

**Palavras-chave.** Violência, memória, ficção brasileira pós-64, Renato Pompeu.

## Abstract

The main objective of this paper is to reflect upon the forgetfulness and the deletion of History in Renato Pompeu's *Quatro-olhos* (1976). The work intends to demonstrate that the dominant elite makes use of ideological strategies to hide certain historical episodes that settle on violent and authoritarian practices. The organized forgetfulness would propitiate the social control, since it wouldn't desacralize structures of power built by the head class. Pompeu's novel, considering kind of approach, presents elements which show that the impossibility of remembering or recognizing past violent facts is not casual, but conditioned by political agents. Walter Benjamin's theoretical contributions underscore the arguments developed in this research.

**Keywords.** Violence, memory, post-64 Brazilian fiction, Renato Pompeu.

Em 1964, instalou-se, no Brasil, a Ditadura Militar. Não obstante a censura em curso, a presença cultural da esquerda, pelo menos num primeiro momento, não foi liquidada. A censura, é certo, determinou, em grande parte, os padrões de produção e de consumo de cultura no país, entretanto, apesar da ditadura de direita, houve relativa hegemonia cultural da esquerda. O domínio de tal cultura, aliás, concentrou-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica tais como, dentre outros, estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas. Enfim, era uma nova produção intelectual que começava a se desenraizar e a reorientar a sua relação com as massas nesse conturbado contexto dos anos 70, algo que parece ter favorecido as formas culturais que, de um modo ou de outro, puderam estabelecer vínculos mais estreitos com o populismo (Schwartz 7-55).

Dentro desse quadro de época, assinalado por antagonismos sociais e ideológicos, uma das preocupações incide nos rumos da literatura de ficção. O regime militar aqui instaurado afetou a atividade intelectual e limitou as possibilidades de expressão. No entanto, conforme pesquisa realizada por Tânia Pellegrini, isso não significou que críticos, intelectuais e produtores da cultura do período tenham concordado com a ideia de que a censura tenha deixado frutos no romance brasileiro produzido naquele momento. De acordo com a autora, há os que acreditam que o efeito censório foi relativo, tendo sido usado inclusive como desculpa para a falta de criatividade artística. Contudo, o que predomina, segundo a pesquisadora, é o argumento oposto. A censura teria provocado um absoluto efeito castrador sobre a criação e a expressão literária (10-11).

A rigor, essa produção literária que se firmou entre 1964 e 1979, teria atravessado três momentos distintos. O primeiro período, de 1964 a 1968, não foi, em linhas gerais, favorável à prosa de ficção, no entanto propiciou o aparecimento de duas tendências mais intensas a orientar a produção romanesca. Uma delas parece ter sido constituída pelo romance de impulso político, mais afinado com a atmosfera experimentada pela produção cultural dessa conjuntura. A outra vertente trata, prioritariamente, de aspectos diversos da vida urbana e, por isso mesmo, originou

o que se pôde chamar de “romance da desilusão urbana”. Seus temas radicam basicamente em torno do paradoxo gerado pelo processo de modernização que não resultou em consequências positivas para a situação social brasileira. Nesse particular, destacam-se as obras *Quarup* (1967), de Antonio Callado, *Pessach: a travessia* (1967), de Carlos Heitor Cony, *Engenharia do casamento* (1968), de Esdras do Nascimento, e *Bebel que a cidade comeu* (1968), de Ignácio de Loyola Brandão.

O segundo momento, que cobriu os anos 1969 a 1974, experimentou, logo após o Ato Institucional nº 5, uma brutal alteração em suas preocupações e perspectivas, provocada pela repressão estatal e, também, ainda que de modo indireto, pela eclosão dos movimentos guerrilheiros ou de oposição armada e clandestina ao golpe militar. Alguns romances desse período trabalham com questões relativas à resistência armada ao regime militar e à adesão, por grande parte da esquerda, à guerrilha, as quais estavam ou destinadas ao massacre ou eram politicamente inconsequentes. Esse segmento da produção revela também a indecisão dos escritores, que não sabiam o que escrever e, ao mesmo tempo, duvidavam do engajamento político que marcou o romance ao final dos anos 60. Dentre as obras mais significativas desse intervalo de tempo, estão *Combati, o bom combate* (1971), de Ari Quintella, *Bar Don Juan* (1971), de Antonio Callado, e *Cidade calabouço* (1973), de Rui Mourão.

O terceiro segmento, que marcou os anos 1975 a 1979, vislumbra uma produção literária que adere a formas originais para responder aos desafios impostos pela conjuntura histórica. É uma época rica em desdobramentos estéticos. Observou-se, em romances característicos do período, a opção pela referencialidade biográfica ou social pautada ora numa linguagem cifrada ora descritiva, naturalista ou jornalística. Ainda nesse esquema, os autores optam pelo aniquilamento da ação narrativa, pelo diálogo cheio de ironia com loucura, pelo recurso ao diário íntimo, pelo silêncio, montagem e brincadeiras com o jornalismo romanesco, pela estética do espetáculo, pelas memórias, pelo humor e pela sátira (Franco, 1998, 27-141). Depois de 1975, é como se a produção literária e suas repercussões na imprensa houvessem “renascido”, conforme expressão

utilizada por Flávio Aguiar (179). O autor ainda assinala quatro obras que julga as mais significativas no momento: *Zero* (1975), de Ignácio de Loyola Brandão, *A festa* (1976), de Ivan Ângelo, *Reflexos do baile* (1976), de Antonio Callado e *Quatro-olhos* (1976), de Renato Pompeu.

Nesse artigo, as reflexões se voltam para o livro *Quatro-olhos*, de Renato Pompeu. O objetivo geral consiste em apresentar uma possibilidade de leitura do aludido romance, atentando para a violência e para as estratégias de apagamento da memória daqueles que viveram um passado de dor e de traumas. Assim, nessa perspectiva, o contexto histórico interessa enquanto elemento de possível inserção na discussão a respeito dos conflitos sociais, conflitos esses, muitas vezes, enfatizados através de determinadas obras literárias.

*Quatro-olhos* foi publicado, no Brasil, em 1976, um ano depois da divulgação da Política Nacional de Cultura do Governo Ernesto Geisel, a qual, na prática, significou a manutenção da censura prévia e de uma disposição repressiva ainda mais contundente em relação aos primeiros tempos do regime militar. A obra de Renato Pompeu, não obstante manifestasse um posicionamento crítico contra o sistema político da época, ao que parece, burlou essa vigilância. O romance, aliás, é um dos mais instigantes da época, embora provavelmente não seja dos mais prestigiados pelo público leitor.

O livro – que aborda a repressão, mesclando lembranças do passado, ficção e estilo de crônica – circunscreve-se na condição de romance memorialista e pode ser classificado, segundo Márcio Seligmann-Silva, como “literatura do trauma” (“Literatura do trauma”). Esse último preceito se justifica uma vez que o texto em apreciação manifesta indícios tais como a destruição do sujeito dentro do sistema autoritário, assentando-se, ainda, numa construção literária pautada na fragmentação, no uso de uma linguagem de caráter antirrealista, no questionamento da narrativa e na luta contra o esquecimento.

No caso da literatura brasileira produzida nos anos 1970, talvez um dos romances que melhor põe em evidência a questão do esquecimento e do apagamento da memória seja *Quatro-olhos*. A fábula da obra

radica em torno dos seguintes acontecimentos: o protagonista – que, a rigor, dá nome ao texto – tem o apartamento invadido pela polícia que tentava capturar sua mulher, professora universitária e militante revolucionária, que, no entanto, consegue fugir. A polícia, na ocasião, vasculha a residência e confisca um livro, que ele disciplinadamente havia escrito. Como a mulher e o livro eram seus únicos elos com a realidade e como ele fora proibido de continuar a escrever – algo que lhe proporcionava genuíno prazer e lhe servia de aconchegante refúgio tanto contra o trabalho rotineiro e brutal como contra o desconforto cotidianamente apresentado –, desenvolve completo alheamento diante da realidade, sendo internado numa clínica de saúde mental. Ao se reabilitar, busca reconstituir o trabalho original, entretanto, conclui que determinada proeza seria impossível, pois, ao fazê-lo, percebe que não se lembra dos fatos nele contidos.

Renato Franco tece comentários a respeito da literatura produzida no Brasil nos anos 70 e confere certo destaque ao romance em apreciação, pautando-se, basicamente, na questão relativa ao esquecimento. Em suas considerações, o ensaísta averigua que o conteúdo do esquecimento problematiza a própria concepção de identidade do protagonista, já que este, então dilacerado, não consegue unir o passado ao presente. Na visão do autor, isso concorre para que a narração comporte duplo sentido: “a luta pela reconstituição do livro original é tanto a luta para superar o esquecimento – para recuperar a matéria socialmente recalcada – como para reconstruir sua própria história e, nessa medida, sua identidade” (“Literatura e catástrofe no Brasil” 370). Ainda de acordo com o crítico, “o alvo secreto do narrador não é mais recuperar o material esquecido, o saber e a experiência nele eventualmente contidos, mas o de comunicar que algo de fundamental foi esquecido” (371).

Nesse sentido, os referidos aspectos permitem que se elabore a ideia de que existe um confronto estabelecido entre memória e esquecimento colocado por diversos atores sociais e políticos nos países de tradição autoritária, como é o caso do Brasil, que, no passado recente, vivenciou uma experiência limite associada ao impacto da Ditadura Militar. Assim, no caso de *Quatro-olhos*, a narrativa ganha dimensão de

denúncia, o que a transforma num modo de criticar a realidade política daquela ocasião. Não só isso, ela serve para manter as esperanças de que um dia a vida não seja assim. A narração, com isso, aspira à felicidade: “[m]e pus a escrever para criar um mundo correto em meio ao mundo falso em que vivia” (127).

Em relação à memória, no plano individual, através de critérios diversos, ela tem a capacidade de selecionar, organizar e sistematizar lembranças daquilo que foi vivenciado. Isso equivale a dizer que não existe memória sem esquecimento, uma vez que a ação subjetiva de lembrar o passado acaba sendo tão rotineira no cotidiano de cada um, que se perde a noção da necessidade de aferir a veracidade dessa rememoração.

O problema de rememoração do passado, em *Quatro-olhos*, é um atributo individual, ou seja, do próprio protagonista. No entanto, segundo Enrique Serra Padrós, mesmo quando envolvem experiências pessoais, as lembranças resultam da interação com outros indivíduos, contribuindo, assim, para que a memória seja fator fundamental tanto de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos quanto na preservação da experiência histórica acumulada. Desse modo, sendo, pois, uma construção, ela é perpassada, veladamente, por mediações que expressam relações de poder que hierarquizam – segundo os interesses dominantes – aspectos de classe, políticos, culturais. O autor comenta, ainda, que “[i]sto não é produto do acaso; é sim, resultado da relação e interação entre os diversos atores históricos em um determinado momento conjuntural” (81).

No instante em que *Quatro-olhos* inicia o seu relato, ele procura fornecer dados sobre os originais. Nessa ocasião, ele alerta para os problemas de recuperação do passado bem como exclui informações sobre o contexto histórico:

Perdi os originais há muitos anos, em circunstâncias que não me convém deixar esclarecidas. Do trabalho, tão importante, guardo apenas memória vaga; de que havia, indubitavelmente, um tema, ou vários temas, e mesmo um ou outro personagem, mas não consigo reproduzir um único gesto, nenhuma situação ou frase. (15)

A inconveniência em explicitar as circunstâncias e as condições de produção do livro original elaborado por Quatro-olhos sugere que a censura sobre a memória em regimes de exceção é “indutora de um ‘esquecimento organizado’” (Padrós 89). O personagem – que é escritor e, portanto, sob a ótica da classe dirigente da época, um sujeito subversivo ao sistema – é incapaz de conferir credibilidade acerca dos acontecimentos vividos. O extravio do trabalho, por parte da classe dirigente, implica pensar a tentativa de apagamento do passado agônico, o que contribui para que a elite mantenha o poder sob o seu domínio. Isso gera a premissa, nesse caso, de que a elite é determinante do que pode ser lembrado e do que deve ser esquecido.

Com base nessas ocorrências, verifica-se que a discussão acerca da memória está centrada numa correspondência dialética posta entre as circunstâncias passadas e presentes. A memória, nesse caso, consistiria, pois, num amálgama cuja função seria de conexão, articulação e relacionamento dos elementos temporais, espaciais, identitários e históricos. Acontece, no entanto, que a história não é neutra; ela é, nos termos de Hannah Arendt, um constructo ideológico, o que leva a concluir, então, que não existe neutralidade mesmo nos registros da memória.

Em seu estudo sobre o conceito da história, que é inclusive uma teoria da memória, Walter Benjamin investe na necessidade da constante busca pela rememoração do passado. Dentre os diversos pontos aí arrolados, o filósofo tece comentários a respeito do historicismo. Segundo o autor, este “culmina legitimamente na história universal”, que, por sua vez, “não tem qualquer armação teórica”, e o “[s]eu procedimento é aditivo” (“Sobre o conceito da história” 231). De acordo com esses pressupostos, o historicismo, de acordo com Jeanne Marie Gagnebin, sob a aparência de uma pesquisa objetiva, “acaba por mascarar a luta de classes e por contar a história dos vencedores”, culminando, assim, no apagamento da memória dos excluídos, isto é, dos esquecidos da memória oficial (62). Logo, o desvendamento do passado é importante porquanto visa a dessacralizar conceitos e atomizar discursos com o fito de colocar em xeque a tradição dos poderosos.



O aludido fragmento de *Quatro-olhos* chama a atenção para a incapacidade de o protagonista reproduzir determinados acontecimentos bem como o de fazer referência a certas circunstâncias de produção da obra. Isso concorre para que episódios históricos se percam. Desse modo, as tragédias históricas extintas em decorrência das táticas de apagamento da memória contribuem para que os vínculos entre o passado e o presente sejam destruídos. Segundo Benjamin, existe uma relação entre os acontecimentos atuais e os episódios pretéritos, e a ruptura desse vínculo é determinante na consolidação de ideologias que se agregam em prol dos interesses da elite (“Sobre o conceito da história” 223). Por isso, o amadurecimento dessa consciência é importante porquanto abre à humanidade um leque de indagações a respeito de seu próprio estar-no-mundo, de seus valores e, acima de tudo, de suas perspectivas. A tentativa de se manterem vivas as lembranças do passado, tal como se observa em *Quatro-olhos*, ameaça a ordem autoritariamente imposta pelos poderosos, pois, através desse resgate histórico, tornam-se explícitas suas falhas e suas inconsistências.

Os argumentos de Jacques Le Goff, aliás, apontam para essa mesma linha de raciocínio. O autor salienta que a possibilidade de os indivíduos excluídos da história terem acesso à memória e, por sua vez, ao passado trágico, é um fator alarmante e preocupante das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Le Goff enfatiza o seu posicionamento crítico ressaltando que os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva (429). Essas considerações são pertinentes na interpretação de *Quatro-olhos*. O narrador-protagonista se esforça para lembrar o passado, mas se depara com a insegurança na reconstituição dos fatos:

Meu amigo funileiro, então ainda estava por perto, com a mulher dele, porquanto creio até que já tinha filhos, tempo em que eu estava desesperado atrás dos originais desaparecidos e me recordo que então sabia de cor algumas frases, como hoje esqueci todas. Uma delas dizia assim: “Por

aquela tarde estava marcada uma grande repressão no centro da cidade. O rádio dizia isso a cada meia hora, entre anúncios do anil Colman e propagandas do corante Guarany. (...) Segundo as instruções, repetidas aliás de escola em escola, de lar em lar e nas bulas de remédio, não se poderia conversar com estranhos na rua, nem com os vizinhos nos bancos de ônibus e junto aos pontos devia haver filas; também haveria necessidade de, para adquirir gêneros alimentícios nos armazéns, doces em carrinhos de mão, cuidados no médico, haveria necessidade de dar algo em troca, de preferência notas do Tesouro Nacional. (...) Segundo os mais velhos no bairro, essa situação absurda perdurava já há algum tempo. Tais boatos, porém, não merecem crédito”.

Hoje não me lembro mais de ter escrito essas palavras. Mas aquela manhã eu sabia que havia perdido, pois alguém me avisara de que as lera em folhas espalhadas num ônibus de alguma linha que passasse no largo de Pinheiros; era o meu livro, jogado no último banco, um desses bancos de cinco lugares, e o livro estava lá, pelo menos a pessoa me garantiu. (...) Embora eu francamente não me recordasse de nada disso, convenci-me de que era o meu livro, mesmo porque essa pessoa me tinha em alta conta. (21-22)

No trecho reproduzido, Quatro-olhos tece comentários acerca das circunstâncias históricas em curso na época de publicação do livro. Nesse particular, ele sugere cenas como a censura, a repressão e o autoritarismo – todas elas infligidas à sociedade civil. No entanto, a lembrança e a credibilidade de ocorrência dos referidos fatos estão ameaçadas: o narrador-protagonista, sem acesso direto às informações em razão da política de esquecimento a que foi subjugado, ignora a veracidade e mesmo a efetividade dos acontecimentos outrora vivenciados. Por isso mesmo, a consciência de que o livro é seu se dá em decorrência de um segundo sujeito que teria grande apreço por ele.

Essas observações ratificam a ideia de que o percurso da história, em inúmeros casos, é afeito a servir às intenções ideologicamente tracejadas pela elite. As estratégias de controle social articuladas por essa última

implicam a adoção de métodos que suprimem da memória coletiva o passado violento e autoritário. Assim, no aludido fragmento, é enfatizada a destruição do livro redigido por Quatro-olhos, ou seja, são aniquilados os fatos pretéritos e, com isso, a sua identidade, de modo que o personagem torne-se ou permaneça mutilado no tempo, sem recursos que possibilitem uma releitura da história com vistas aos seus interesses de libertação e aos interesses de libertação das pessoas com as quais mantém relação.

Tzvetan Todorov, em conformidade com essa proposta de reflexão, frisa que os regimes totalitários emergentes no século XX, mais do que em qualquer outro período da história, agiram com rigor no sentido de suprimir da memória coletiva aquelas marcas catastróficas que traçaram os contornos dos povos subjugados à violência constitutiva. Do ponto de vista do autor, a verdade procurou adequar-se a um conceito de realidade forjada pelos repressores (12).

Alexander e Margarete Mitscherlich desenvolvem argumentos similares a Todorov. Os autores, centrados basicamente no contexto histórico alemão do século XX, procuram conhecer e compreender alguns fundamentos da política do país, recorrendo, para tanto, a uma investigação psicológica dos indivíduos. A pesquisa proposta por eles se dá nessa direção, porque acreditam que a organização política do referido país determina, por meios diversos, as formas de comportamento dos cidadãos de modo que esses sujeitos passam a atender, de maneira inconsciente, aos ideais do Estado.

Partindo dessa problemática, o livro discute várias questões e, nele, chamam a atenção passagens em que os autores apontam para a ideia de que as estratégias de apagamento do passado ou de ocultação de decisões políticas seriam determinantes para a ocorrência de inúmeros acontecimentos que configuram a realidade atual. Alexander e Margarete Mitscherlich alegam que existe uma carente difusão dos fatos históricos e políticos na consciência da vida pública. Eles comentam, por exemplo, que os dirigentes tratam os crimes nazistas como um conflito bélico sem importância ou que eles excluem a classe civil de importantes decisões políticas (10-21). Tudo isso, na visão dos críticos, restringiria a liberdade

de pensamento dos indivíduos de modo que teriam a sua opinião crítica e a sua autoconfiança sucumbidas.

Como se verifica nos apontamentos precedentes, os regimes autoritários têm a capacidade de estabelecer limites na autoconsciência da sociedade. A falta de reflexão, conforme indicam os aludidos estudiosos, conduz ao positivismo da interpretação, latente na pesquisa histórica burguesa, a qual, segundo Gagnebin, não questiona nem sua posição, nem a maneira pela qual a história foi contada e transmitida, e ainda menos, a maneira pela qual ela se realizou. Portanto, conforme alega a autora, “[e] escrever a história dos vencidos exige a aquisição de uma memória que não consta nos livros da história oficial” (67).

Essa falta de reflexão crítica sobre a maneira de se conceber a história universal explicaria também o conformismo dos grupos reprimidos, uma vez que ficaria suprimida a possibilidade de questionamento da história que fracassou, já que ela não mais constitui objeto de pesquisa. Isso abre margem para que a classe vencedora propague as suas ideologias de forma incontestável, inviabilizando, com isso, qualquer manifestação antagônica a seus interesses. Assim, segundo Benjamin, é preciso construir um conceito de história que corresponda à premissa de que “o estado de exceção” em que se insere a tradição dos oprimidos constitua regra geral, justamente para que os episódios violentos não se extingam da memória dos indivíduos (“Sobre o conceito da história” 226).

Em *Quatro-olhos*, são flagrantes algumas situações em que o protagonista não consegue organizar os fatos em sua memória. Ele se esforça para fazer emergir os acontecimentos passados; no entanto, se vê perante a impossibilidade de conferir um posicionamento crítico acerca desses episódios:

Sobre a cabeça, a noite; dentro do cocoruto uma flor velha, já perdida a cor e com uma sombra de perfume, a heroína no livro. Finuras assim melífluas me prendiam o miolo, em desordem hierárquica, misturadas com ruídos de ventos, passos em esquinas em ritmo vagaroso; tudo isso formava no cérebro uma mixórdia que eu tentava mais tarde, já em casa,

capturar no escrito, tendo à mesa um globo geográfico, vindo a luz pelas costas. Então negrunhentos temores me percorriam os nervos da cabeça aos dedos: conseguiria firmar no texto as ocorrências da mente? Nem sempre era o caso, mas isso não me compungia; o principal era ter-me emparedado, protegido do mundo. (116)

No fragmento transcrito, as cenas que rondam a mente do protagonista não compõem um todo orgânico e, por isso mesmo, ele não consegue traçar uma representação harmônica dos fatos. Esse acúmulo desgovernado de detalhes, conforme Benjamin, equivaleria à forma de percepção do materialista-alegórico, que vê a história enquanto um acúmulo de ruínas e não enquanto uma sucessão linear bem comportada de elementos, como almeja o historiador burguês (“Sobre o conceito da história” 226). Afora isso, nessa passagem, Quatro-olhos demonstra um profundo ceticismo no que tange à tarefa de registro dos eventos. Essa incapacidade de narração e, conseqüentemente, de transmissão dos acontecimentos, consistiria numa circunstância que se aliaria ao apagamento da memória. Em seu estudo sobre a obra de Nicolau Lescov, Benjamin desenvolve considerações que concorrem para uma reflexão acerca do esquecimento dos episódios pretéritos.

Em seus apontamentos, o filósofo alemão trabalha com a hipótese de que a arte de narrar histórias perdeu-se gradativamente com o passar dos anos, o que justificaria a dificuldade e a raridade de se encontrar, na atualidade, um verdadeiro contista. Benjamin fundamenta a sua premissa pautando-se nos conceitos de vivência (*Erlebnis*) e de experiência autêntica (*Erfahrung*). Esta, segundo os seus indícios, estaria ligada a uma tradição em que os indivíduos não estariam separados pela divisão do trabalho e nem desvinculados de um passado comum. Além disso, nessas comunidades pré-capitalistas, a experiência do passado e do trabalho coletivos (*Erfahrung*) predominaria sobre a experiência do indivíduo isolado em seu trabalho e em sua história pessoal (*Erlebnis*) (“O narrador”).

Segundo o teórico alemão, o desenvolvimento do capitalismo, o qual ele identifica como o fenômeno de decadência moderna, rompeu

com esse estado de coisas. A obtenção de uma memória comum, que se transmite através das histórias contadas de geração a geração, é, no presente, destruída pela rapidez e pela violência das transformações da sociedade capitalista. Agora, o refúgio da memória é a própria interioridade do indivíduo, reduzido à sua história privada, tal como ela é reconstruída no romance:

A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los. Escrever um romance significa, na descrição de uma vida humana, levar o incomensurável a seus últimos limites. Na riqueza dessa vida e na descrição dessa riqueza, o romance anuncia a profunda perplexidade de quem a vive. (“O narrador” 201)

Esses pressupostos teóricos extraídos da filosofia benjaminiana prestam-se para uma análise do livro em apreciação. No último trecho apresentado, *Quatro-olhos* está em sua casa, isolado e perplexo, justamente na tentativa de escrever um romance. Afora esses detalhes, o escritor está isento de atividades coletivas, restrito em sua interioridade e em sua própria história. Portanto, o sujeito está alienado, e essa alienação consistiria numa estratégia ideológica cujo intuito incide no apagamento do passado bem como da história dos povos subjugados aos interesses da elite dominante.

Esses dados servem de alicerce para se consubstanciar a ideia de que a ocultação de informações e de experiências coletivas serve de fermento para as argumentações que negam os acontecimentos passados. Isso contribui para a implantação de uma memória reciclada que interessa ao poder e que, evidentemente, se afasta ainda mais do passado histórico real. Com isso, os culpados pelas tragédias históricas são desresponsabilizados de seus atos, o que justificaria a permanência de ideologias e/ou de práticas autoritárias na sociedade atual.

Em *Quatro-olhos*, as questões relativas ao passado, a exemplo do que se pode observar nos demais fragmentos, não se circunscrevem ape-

nas da perspectiva do narrador, mas do próprio texto. Este está carregado de lacunas e pressupostos que geram indagações e requerem preenchimentos, conforme se evidencia na seguinte passagem:

Considerações sutis de natureza enigmática, com mais algum esclarecimento, necessidades de ordem prática, me levaram naquela desprimorosa segunda-feira a deixar de lado o trabalho. Muito positivamente, estava desprovido do instrumental imprescindível à consecução da tarefa. Desmesura explicar que me faltavam papel e tinta, de modo que, nessa segunda-feira certa, nada escrevi. Interessante lembrar com pormenor as horas em que não fui autor, quando nada recordo do livro. (38)

O narrador, nesse trecho do romance, comenta que, numa certa “segunda-feira”, foi incapaz de dar continuidade ao “trabalho” que estava desenvolvendo. Nesse particular, ele expõe argumentos que visam a justificar as razões pelas quais foi obrigado, naquela ocasião, a abandonar a sua atividade rotineira. Dentre essas causas, ele cita explicitamente duas: em primeiro lugar, pela falta de material; e, em segundo, por não se lembrar de mais nada. Afora esses indícios, ele coloca um outro motivo que não pode ser constatado de maneira direta. Essa terceira proposta vincula-se a lacunas legadas pelo próprio texto, tais como podem ser evidenciadas a partir das seguintes perguntas: 1) Por que as “considerações” a que Quatro-olhos se refere são “sutis e de natureza enigmática”?; 2) Por que, aí, ele afirma haver necessidades de maior “esclarecimento”?; 3) As “necessidades de ordem prática” que o protagonista menciona têm a ver somente com a carência de materiais ou com algo mais?; 4) Por que ele descreve aquela “segunda-feira” como “desprimorosa”?

As interrogações que a própria narrativa suscita remetem a uma dupla possibilidade de leitura. Por um lado, pode-se afirmar que o protagonista omitiu voluntária e conscientemente determinados detalhes, justamente por conhecer as condições de produção e de recepção das obras produzidas naquele período histórico. O seu trabalho original, pelo que tudo indica, foi destruído em virtude do seu conteúdo subversivo, logo o

apagamento de certas informações é importante para que, nesse segundo momento, o livro possa circular. Por outro lado, está o próprio desconhecimento dos fatos por parte de Quatro-olhos. Isso não significa que ele não tenha vivido os episódios históricos marcados pelo autoritarismo da Ditadura Militar; acontece que a institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva obrigaram-no a suspender do relato aqueles acontecimentos que comprometessem a imagem do poder. Com isso, o sujeito não pode fazer emergir o que desconhece, o que é incapaz de lembrar. De qualquer forma, o problema colocado consiste no fato de que aquilo que foi apagado foram os próprios eventos, a própria história.

Cabe, pois, ao historiador materialista não deixar a história e, conseqüentemente, a memória se perderem. Segundo Benjamin, a tarefa do materialista histórico é contribuir na reapropriação dos fragmentos da história esquecidos pela historiografia. Não só isso, ele deve ser fiel à história presente, porque é através dela que o passado poderá, talvez, alcançar sua libertação. Tudo isso, na visão do filósofo, contribui para que irrompa uma outra história, uma espécie de anti-história, ou ainda a história da barbárie, sobre a qual se impõe a da cultura triunfante (“Sobre o conceito da história”).

Aliás, Quatro-olhos, num processo de desvendamento de sua história e da história social, percebe que ele poderia estar inserido num contexto cujas circunstâncias de existência seriam distintas das atuais. Em certa altura do romance, ele se conscientiza de que sua identidade foi construída enquanto resultado de processos autoritários:

Dei para misticismos; um belo dia acordei certo de que era descendente de índios, mal colocado num mundo de brancos – daí eu não aceitar a vida que me surgia pela frente. Comecei a estudar a genealogia de minha família e convenci-me de que era mesmo índio; consultava ao espelho os cabelos escorridos e os olhos puxados para certificar-me. Notei, pela História, que os três milhões de índios da Descoberta não poderiam ter sido todos massacrados – e aí estavam os caboclos. Li também num livro de curiosidades que a memória dos ancestrais fica guardada na medula,



no alto da coluna vertebral, e convenci-me de que era verdade. Por isso, afinal descobri, eu gostava de andar nu e de passear pelo mato. Por isso não gostava de trabalhar para os gringos.

Por gringos, eu entendia os ricos, os brancos, os inimigos, os que ganhavam acima de dez mil cruzeiros por mês. A eles eu devia a perda da minha condição de índio; por tática de minha raça para sobreviver eu tinha sido educado como branco, mas bem lá por dentro eu guardava ódio ao seu mundo. (60)

Nessa passagem, chama a atenção a revolta de Quatro-olhos quando da descoberta de sua identidade. A volta ao passado e, como decorrência disso, o esclarecimento de sua memória, possibilita uma compreensão mais apurada do processo de estruturação social no Brasil. Ao retroceder no tempo por via da própria história, ele se depara com um passado agônico, repleto de catástrofes e de ruínas – condição essa estabelecida pela elite com o fito de satisfazer seus propósitos específicos. Essa percepção faz com que ele articule a situação atual com os acontecimentos pretéritos, estimulando, assim, um sentimento de repulsa em relação aos opressores. Esse inconformismo é gerado porque ele se conscientiza de que ele não é, na verdade, quem pensa ser; mas, sim, um constructo em cujos princípios de formação estão assentadas ideologias de dominação.

Os massacres, as torturas e o extermínio em massa de seres humanos não consistem em práticas autoritárias restritas num momento específico da história, como foi durante o processo colonizatório, conforme sugere a passagem acima. O caso do Brasil no período correspondente ao regime ditatorial é extremamente revelador. No país, findo o regime militar, os responsáveis por torturas e massacres permaneceram em liberdade, sem qualquer tipo de punição ou julgamento. Regina Dalcastagnè, nesse particular, elabora a ideia de que a política de apagamento da memória consistiu numa estratégia aderida pelos grupos opressores com o intuito de se manterem intactos no poder. A autora chama a atenção ainda para o problema do esquecimento, alertando para o fato de que a segurança nacional estaria ameaçada, uma vez que a ausência de conde-

nação aos torturadores tornaria viável o seu retorno ao poder, permitindo que a realidade opressora se repetisse (15).

Ana Maria Machado, num encontro de intelectuais brasileiros nos Estados Unidos, ao se referir às punições aos contestadores do regime autoritário, comenta:

Em nome destas questões fomos para as ruas, para os cárceres e para o exílio, muitos desapareceram e foram mortos, nenhum dos responsáveis foi julgado ou ao menos exposto à execração da opinião pública. Muitos deles ou dos que foram seus cúmplices estão no governo hoje, ainda ou novamente, sem consulta ao eleitorado e em nome da democracia. E o país muitas vezes parece se esquecer. (87)

Tal fenômeno não é registrado apenas no Brasil. O caso da América Latina – onde, aliás, segundo Antonio Callado, a democracia não parece ser um fenômeno duradouro ou capaz de deitar raízes profundas – é bastante sugestivo a esse respeito (29). Num artigo dedicado ao estudo de determinadas obras de Mauricio Rosencof, Raúl Caplán (2001, 68) faz referência à política de “desmemória voluntária” difundida pelo presidente Julio María Sanguinetti após o término do período ditatorial no Uruguai. O autor explica que essa política de desmemória – designada pelo poder através do uso da expressão “ojos en la nuca” – tinha como objetivo desqualificar aqueles indivíduos que, porventura, viessem a exigir verdade e justiça, bem como infligir a eles um obstáculo de modo a fazê-los avançar às cegas, ou seja, sem orientação, justamente para que não reivindicassem qualquer punição contra os opressores.

Acontecimento similar pode ser verificado no Chile, com a Transição, em 1989. Nelly Richard explica que, com o referido evento, a elite chilena procurou recuperar e normalizar a ordem democrática, buscando, com isso, conjurar as múltiplas rupturas e deslocamento de signos produzidos durante a ditadura, obrigando-os à fórmula do consenso que neutralizava os contrapontos diferenciadores, os antagonismos de posturas, as demarcações polêmicas de sentidos contrários, através de um

pluralismo institucional que fez da diversidade a não-contradição (321). Em sua visão, essa justaposição de diferenças objetivava não marcar as distinções de classes a fim de “não reeditar os choques de forças ideológicas que haviam dividido o passado” (322). Assim, o consenso da Transição conseguiu eliminar de seu repertório de significados convenientes a memória histórica do antes do consenso político-social, isto é, a memória de um passado julgado inconveniente pelas guerras.

Em certa altura de *Quatro-olhos*, chama a atenção uma passagem em que o protagonista critica a dificuldade de acesso ao passado histórico, o que implicaria uma mudança em sua concepção de identidade:

A história do Brasil não me dizia respeito, eu não me sentia participante dela; meus avós era como se não tivessem existido. Assim tive de recorrer a livros em língua estranha para me formar, fracos instrumentos contra o mundo que me circundava. Assim me pus a escrever, para criar minhas armas e esculpir meu mundo. Era um texto para ser usado pelos que viessem depois de mim, para que a nação para eles não fosse palavra abstrata, para que tivessem onde se agarrar, como eu me agarrava às poucas criações nacionais de que tinha conhecimento. (...) Seria necessário redescobrir a verdadeira história do Brasil para que eu recuperasse minha identidade perdida. (88)

Esse fragmento remete a uma série de situações articuladas à questão do apagamento da memória. A primeira diz respeito à exclusão da sociedade civil da história oficial. Quatro-olhos não vê a si nem a seus parentes como participantes do processo social. Eles foram retirados da historiografia e, consigo, todo um passado de dor e de sofrimentos. Esta seria, pois, uma estratégia de manipulação da memória com vistas a determinadas apropriações por interesses políticos. Ainda como se observa nesse particular, o protagonista teve acesso a certas informações a respeito dos grupos marginalizados em livros redigidos em língua estrangeira, o que dificultaria, então, um trânsito a experiências autoritárias.

Um segundo ponto tange à importância do reconhecimento do passado. Nesse trecho, Quatro-olhos demonstra uma profunda preocupação em relação ao passado tal como registra a historiografia oficial. Do seu ponto de vista, é importante construir uma outra história justamente para não excluir a memória de certos grupos sociais. Isso concorreria para uma nova compreensão do presente e, conseqüentemente, para a projeção de um futuro diferente. De acordo com os preceitos de Richard, “[a] memória é um processo aberto de reinterpretação do passado que desfaz e refaz seus nódulos para que se ensaiem de novo acontecimentos e compreensões” (322). Segundo ela acrescenta, é justamente a laboriosidade dessa memória insatisfeita que perturba a vontade de sepultamento oficial da recordação vista simplesmente como depósito fixo de significações inativas (333).

Um terceiro aspecto concerne à questão da identidade. Quatro-olhos está isento de dados acerca de sua constituição cultural. Não só ele, mas todo um grupo social com o qual se identifica e constrói a sua identidade. Existiria, conforme Loiva Otero Félix, uma associação entre memória e identidade nos seguintes termos: a memória é extinta quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social. Em contrapartida, ela acrescenta: “a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo” (42). Portanto, segundo seus argumentos, memória, identidade e história se entrecruzariam e fariam verter concepções de mundo e de ideologias até então despercebidas ou inimagináveis.

A memória desempenha funções importantes. Segundo Benjamin (1994b), ela propicia uma releitura da história, levando as classes oprimidas ao inconformismo e, como decorrência disso, a uma tomada de consciência no que se refere às suas condições passadas e presentes, orientando-as, assim, em direção à libertação (“Sobre o conceito da história”). Geoffrey Hartman, nessa mesma linha argumentativa, confere à memória um aspecto que aponta rumo ao futuro. Arthur Nestrovski descreve o seu papel nos seguintes termos: “[c]ada memória resgatada, cada relance é como um talismã, um instrumento para nos fazer sentir alguma coisa de

novo, antes que a repetição e as defesas cubram a percepção com o véu da indiferença” (192).

Portanto, o não esquecimento dos fatos trágicos consignados pelos regimes autoritários é importante no sentido de se evitar a repetição das experiências históricas que têm proporcionado o desconforto das classes menos favorecidas. Com isso, a obra, ao exprimir momentos da sociedade passada, desempenha, no presente, um papel que orienta em direção ao futuro. Em outros termos, ao ser revelada a memória dos excluídos, é possível refletir o passado e propor novos rumos para a sociedade reprimida. Nos termos descritos pelo narrador de *Quatro-olhos*: “[s] e todo mundo passasse o tempo escrevendo livros sofríveis, o mundo certamente não seria pior do que é e quase certamente seria melhor. Todos com o direito de escrever e pronto. Os estetas que se fomentassem” (131).

## Obras citadas

Aguiar, Flávio. *A palavra no purgatório: literatura e cultura nos anos 70*. São Paulo: Boitempo, 1997.

Arendt, Hannah. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Benjamin, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 197-221.

-----, “Sobre o conceito da história”. In *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 222-232.

Callado, Antonio. *Censura e outros problemas dos escritores latino-americanos*. Trad. Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

Caplán, Raúl. “Todas las memorias: las cárceles uruguayas e la obra de Mauricio Rosencof”. *L'Ordinaire Latin Americain* 183 Jan.-Mar. 2001: 67-75.

Dalcastagnè, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: UnB, 1996.

Félix, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EdiUPF, 1998.

Franco, Renato. *Itinerário político do romance pós-70: A festa*. São Paulo: Unesp, 1998.

Franco, Renato. “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70”. *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Org. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Unicamp, 2003. 355-374.

Gagnebin, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Hartman, Geoffrey. “Holocausto, testemunho, arte e trauma”. *Catástrofe e representação*. Org. Arthur Nestrovski e Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Escuta, 2000. 207-235.

Le Goff, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira *et al.* Campinas: Unicamp, 1992.

Machado, Ana Maria. “Da resistência à transição: a literatura na encruzilhada”. *Brasil: o trânsito da memória*. Org. Saul Sosnowski e Jorge Schwartz. São Paulo: Edusp, 1994. 75-98.

Mitscherlich, Alexander, e Margarete Mitscherlich. *Fundamentos del comportamiento colectivo: la incapacidad de sentir duelo*. Versão espanhola de André Sánchez Pascual. Buenos Aires: Alianza, 1973.

Nestrovski, Arthur. “Vozes de crianças”. *Catástrofe e representação*. Org. Arthur Nestrovski e Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Escuta, 2000. 185-205.

Padrós, Enrique Serra. “Usos da memória e do esquecimento na história”. *Letras* 22 (2001): 79-95.

Pellegrini, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. São Carlos, SP: EDUFSCar, 1996.

Pompeu, Renato. *Quatro-olhos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Richard, Nelly. “Políticas da memória e técnicas do esquecimento”. *Narrativas da modernidade*. Org. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Schwarz, Roberto. “Cultura e política, 1964-1969”. In: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 7-55.

Seligmann-Silva, Márcio. “Literatura do trauma”. *Cult* 23 Jun. 1999: 40-47.

Todorov, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós Asterisco, 2000.